

# Roteiro das casas nobres com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante

**Route of noble houses with tower(s):** Cabeceiras de Basto,  
Celorico de Basto e Amarante

PEDRO AZEVEDO \* [pedrodosrc@gmail.com]

**Resumo** | O presente artigo tem por objetivo a criação de um roteiro turístico-cultural centrado nas casas nobres com torre nos concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto e Amarante.

A proposta deste roteiro permite observar a evolução arquitetónica das casas nobres com torre ao longo do tempo, com origem nas *domus fortis*.

O percurso é delineado tendo em conta uma visita exploratória às casas, integrando alguns outros pontos de interesse para o visitante ou turista que poderão ser visitados.

**Palavra-chave** | Turismo cultural, património cultural, roteiro turístico, *domus fortis*, casas-torre

**Abstract** | The objective of this Project is to create a touristic and cultural tour based on noble houses including tower(s) within the municipalities of Amarante, Cabeceiras de Basto and Celorico de Basto.

This tour proposal intends to encourage the observation of the architectural evolution of noble houses including tower(s) all along a very extended period of time, with origin in *domus fortis*.

This tour proposal was designed having in mind exploratory visits to the houses that were included in the tour but it also calls attention to other patrimonial values that may enrich the experience of a visitant or tourist.

**Keywords** | Cultural tourism, cultural heritage, touristic tour, *domus fortis*, tower houses

---

\* **Doutoramento em Desenvolvimento, Territórios e Sociedades** na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. **Mestre em Património e Turismo Cultural.**

## 1. Introdução

Este artigo tem por base o projeto realizado no âmbito do mestrado em Património e Turismo Cultural. Este projeto consiste na apresentação de um novo produto turístico, o de roteiros de exploração de um tipo de património cultural específico, as casas nobres com torre(s).

A escolha deste tipo de património arquitetónico apresenta-se particularmente adequada em função dos seguintes critérios: quantidade de solares incluindo torre(s), tratar-se de um património que se desenvolveu na longa duração, desde o período medieval e até ao século XIX, verificando-se que a torre se mantém até oitocentos como um elemento arquitetónico nobilitante, acrescentando a estes critérios o interesse manifestado pelos municípios e por proprietários destas casas.

Cada vez mais concelhos portugueses apostam na valorização turística do património como mecanismo de desenvolvimento local e regional.

Este projeto tem por objetivo primordial a criação de um roteiro turístico-cultural nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante, uma vez que não existe nenhum roteiro turístico centrado neste tipo de património, as casas nobres com torre(s), nestes concelhos.

O projeto possui outros objetivos tais como mostrar a importância das *domus fortis* como símbolo do poder de famílias nobres em ascensão em Portugal e como elemento marcante da sua afirmação senhorial no território no qual estão situadas; caracterizar a evolução histórica e arquitetónica de elementos sobreviventes de *domus fortis* e das casas nobres que incluem torre(s); divulgação destas casas bem como das atividades que oferecem (turismo de habitação, restaurantes, entre outras) e divulgação de recursos dos quais será possível usufruir no âmbito do roteiro e que poderão enriquecer a experiência do visitante ou turista.

## 2. Metodologia

A primeira etapa consistiu na realização de uma vasta pesquisa bibliográfica (principalmente em arquivos históricos) e webgráfica exaustiva que ajudasse a determinar a quantidade e conhecer as várias casas nobres com torres(s) existentes em Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante. Importa referir que a bibliografia e webgrafia relativas especificamente às *domus fortis* e casas nobres com torre(s) nestes concelhos é reduzida.

A etapa seguinte assentou na realização de um inventário de todas as casas nobres com torre(s) existentes nos concelhos mencionados anteriormente.

Foi necessário levar a cabo um árduo trabalho de campo para estudar (e fotografar) *in situ* cada casa, analisar as suas características, evolução, enquadramento paisagístico (incluindo jardins), eventual aproveitamento económico, recursos turísticos complementares, acessos pedestres e com automóvel, de forma a estabelecer o roteiro e a analisar os vários recursos que o pudessem integrar. Acompanhando esta fase de trabalho foram ainda criadas as «fichas de inventário».

Finalmente, procedeu-se à validação do roteiro turístico através da realização de uma visita experimental e de um inquérito com carácter exploratório.

## 3. Turismo

### 3.1. Turismo

Nos últimos anos, o turismo tornou-se num instrumento de desenvolvimento regional e numa atividade de profunda importância, com características que o tornam fundamental para o desenvolvimento do território. Silva considera que o turismo

representa um conjunto de atividades produtivas, no qual os serviços têm um caráter prevalecente, que interessam a todos os setores económicos de um país ou uma região, caracterizando-se por possuir uma interdependência estrutural com as demais atividades, em maior grau e intensidade que qualquer outra atividade produtiva (2004, p. 263).

O termo turismo deriva de *tour*, conceito inicialmente utilizado pelos nobres ingleses e alemães para caracterizarem as suas viagens pela Europa.

Nas últimas décadas o turismo cultural tem vindo a registar um interesse crescente a nível mundial. O turismo cultural é a forma de turismo mais antiga que se conhece. Ao longo dos séculos, o simples ato de viajar conciliado com os atos de lazer e de conhecer, permitiu que as pessoas conhecessem novos meios, novos costumes, novas comunidades e novos locais.

Segundo Stebbis, o turismo cultural “é uma vivência de participação em novas e profundas experiências culturais, estéticas, intelectuais, emocionais e psicológicas” (Pereiro, 2009, pp. 109-110). O turismo cultural também pode ser considerado “uma forma de turismo, na qual o turista, tem o desejo de descobrir monumentos e locais históricos, sendo que os benefícios socioculturais e económicos provenientes do turismo cultural incidem nas comunidades dos destinos”(Alvares & Lourenço, 2008, s.p.). Além destas definições, também pode ser definido, em sentido lato, como o movimento de pessoas que procuram as atrações culturais, fora do seu local habitual de residência (Mota, Remoaldo, & Ribeiro, 2012, p. 62) com o propósito de adquirir novos conhecimentos e contactar com outras culturas.

### 3.2. Património Cultural

A reflexão sobre o conceito de património cultural desenvolveu-se em França durante a década de 1980. Pode ser entendido num sentido amplo e complexo, “que envolve testemunhos naturais ou culturais, representativos dum passado que se deve transmitir às gerações vindouras” (Jacinto, 2012, p. 9).

Porém, o conceito de património é mais generalizado, remetendo para um conjunto de valores, que perfazem o que se vai considerando como património e que a sociedade considera ser importante preservar para o futuro. O património é entendido como um bem e é-lhe atribuído valor; o conceito de património cultural incorpora as manifestações culturais passadas e presentes. O conceito de património engloba o conceito de património histórico que é entendido como “uma referência do passado e pertence a uma comunidade, sendo o reflexo da sua história” (Gil, 2006, p. 31). Neste sentido, em 1964, a Carta de Veneza foi ratificada de forma a ampliar o conceito de património: “a noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural” (Veneza, 1964).

Perante isto, as casas estudadas neste artigo enquadram-se nesta forma de entender património histórico-cultural. Em termos turísticos, as casas – e as casas nobres – podem ser usadas como “mecanismos” para alavancar atividades de desenvolvimento regional.

#### 4. Caracterização arquitetónica e evolução da casa-torre e das domus fortis

Carlos Azevedo refere que as primeiras casas nobres surgem em Portugal com a construção das casas-torre ou das *domus fortis* na região do Entre Douro e Minho (Azevedo, 1988, p. 19). “O aparecimento e a difusão da *domus fortis*<sup>1</sup> é um fenómeno cujas primeiras manifestações se começam a detetar um pouco por toda a Europa Ocidental entre o terceiro quartel do século XII e os meados do século XIII (...)” (Barroca, 1998, p. 41). O advento da *domus fortis*, ou seja, da residência senhorial fortificada ou casa forte é um novo fenómeno que vai percorrer todas as áreas rurais da Europa (Barroca, 1987, p. 12).

Alguns autores concluíram que estas “estruturas se implantassem no coração das suas explorações agrícolas e que se socorressem de materiais perecíveis” (Barroca, 1987, p. 10).

A proliferação desta tipologia de construção encontra-se intimamente associado à ascensão de membros da pequena nobreza. De igual forma, o período compreendido entre os séculos XII e XIII, destacou-se por importantes “mutações ao nível do habitat senhorial onde o aparecimento e a difusão da *domus fortis* se pode considerar como o corolário de um complexo fenómeno” (Barroca, 1987, p. 9). Importa referir que a *domus fortis* é um modelo “importado diretamente da arquitetura castelar” (Almeida & Barroca, 2002, p. 103), pois existe uma profunda semelhança entre estas «novas» torres senhoriais e as antigas torres de menagem dos castelos, que se traduz na demonstração da afirmação de poder e autoridade sobre as populações rurais<sup>2</sup> por parte desta nova aristocracia em ascensão, como é exemplo a torre da Cunha em Braga (Barroca, 1987, p. 17). Neste sentido, Binney e Carvalho consideraram que são

as torres de menagem dos castelos que serviram de base às casas nobres (Binney & Carvalho, 1987, p. 8).

A residência senhorial fortificada “corresponde ao modelo arquitetónico das pequenas linhagens” (Almeida & Barroca, 2002, p. 104). “A difusão deste novo modelo de casa senhorial possuiu grande dimensão durante os séculos XIII e XIV” (Almeida & Barroca, 2002, p. 104) como símbolo de residência nobre. Em vários países da Europa, as torres “atingiram extraordinário desenvolvimento. (...) Em Portugal deu-se fenómeno idêntico, embora as torres senhoriais não tenham nunca alcançado semelhante escala monumental” (Azevedo, 1988, p. 21).

Em termos arquitetónicos e construtivos, “a residência senhorial fortificada era integrada por vários elementos” (Almeida & Barroca, 2002, p. 103), nomeadamente a torre. Sendo o elemento com maior destaque, a torre senhorial possuía frequentemente planta quadrangular. Apresentam-se como construções de dimensões relativamente modestas (Almeida & Barroca, 2002, p. 105).

As preocupações defensivas predominam nas torres, demonstradas pela grossura e altura das paredes, remetendo para as torres de menagem dos castelos, como é exemplificado na figura 1.

Geralmente, as torres eram compostas por andar térreo e três andares superiores, onde cada piso corresponde apenas a uma divisão. O rés-do-chão, por norma, é fechado ao exterior, servindo de arrecadação para o armazenamento de alimentos e outros bens. No primeiro andar situa-se a porta de entrada, “apenas acessível a partir do primeiro andar, por meio de entrada vertical” (Almeida & Barroca, 2002, p. 105). Aqui situava-se a Sala ou Aula, sendo a divisão mais pública. “Os andares superiores eram, progressivamente, mais privados, sendo o último piso reservado para a câmara” (Al-

<sup>1</sup>São escassas as informações sobre a estrutura e “as características materiais das primeiras residências nobilitadas dos séculos X e XI” (Barroca, 1987, p. 10). “Embora as casas fortes integrassem vários edifícios, foram as torres que mais e melhor sobreviveram a remodelações posteriores, dada a sua carga simbólica” (Bessa, 2011, p. 86) e que, consequentemente, chegaram aos nossos dias.

<sup>2</sup>Como refere José Mattoso “a torre é o símbolo e a materialização dos poderes senhoriais e feudais” (1982, p. 150).

meida & Barroca, 2002, p. 105), no caso de a residência ser apenas constituída pela torre.



Fonte: do próprio autor

Figura 1 | Casa com torre em Celorico de Basto (casa do Outeiro)

As torres são encabeçadas no topo por grossos merlões e, às vezes, varandas com matacões para tiro vertical, geralmente sobre a entrada. As seteiras também eram um elemento constante nas torres. Em alguns casos, o acesso podia ser feito pelo primeiro piso, em contraposição ao piso térreo que não possuía qualquer abertura. Tendo em conta as necessidades de defesa, as torres possuíam um número reduzido de aberturas e com frestas bastante estreitas, daí serem mal iluminadas no seu interior. Em oposição, a fachada principal tem, frequentemente, uma janela nobre no piso superior, que podia ter dois pequenos bancos adocados nos vãos dos muros.

Pode-se concluir que as torres são dotadas de uma maior preocupação de perenidade, comparada com o carácter perecível das habitações senhoriais anteriores.

“Quanto às casas-torres, só raramente teriam desempenhado um papel verdadeiramente defen-

sivo” (Conde & Vieira, 2014, p. 16). Com a progressiva perda da função de defesa, certos elementos arquitetónicos vão tornar-se meramente peças arquitetónicas decorativas.

Se as primeiras construções do século XII eram torres isoladas, com o passar do tempo os nobres senhores construíram alas anexas (Mello, 2007, p. 187), “desenvolvendo-se à sua volta uma ou mais alas residenciais e de serviços” (Binney & Carvalho, 1987, p. 8).

Importa referir que no fim da Idade Média, “a habitação nobre conheceu grandes transformações. Os fidalgos enriquecidos puderam transformar as torres senhoriais em paços residenciais” (Mattoso, Rumos Novos, 1983, p. 163).

A partir do século XVI conclui-se que somente a torre por si só não era suficiente para servir de habitação. Por este motivo, junto das torres desenvolveram-se outras dependências que tornaram a casa senhorial mais complexa. Assim começaram a surgir novos tipos de casas, onde a torre continuava a desempenhar um papel como elemento arquitetónico dominante.

As *domus fortis* difundiram-se a partir da Idade Média, por exemplo, no Entre Douro e Minho, onde as casas-fortes se generalizaram e passaram a constituir o tipo de residência nobre de linhagens em ascensão (Barroca, 1987, p. 29), continuando a ser edificadas ao longo de parte da Idade Moderna e conservadas, restauradas e alteradas posteriormente, em muitos casos, até aos nossos dias (Almeida & Barroca, 2002, p. 108). O gosto pela inclusão de torre(s) em casas nobres muito provavelmente mergulha as suas origens nas *domus fortis* medievais. Quando numa casa nobre existe torre medieval ou, mesmo, do século XVI, essa casa nobre terá tido, mesmo, origem numa *domus fortis* ou, pelo menos, numa casa-torre (Mello, 2007, p. 187). “A paixão da torre, elemento arquitetónico altamente dignificante, é tal que, em pleno século XIX” (Binney & Carvalho, 1987, p. 11) eram acrescentadas torres oitocentista a solares construídos em séculos anteriores.

As torres revestem-se de uma elevada carga simbólica, pois “mesmo não lhes sendo atribuída qualquer função defensiva, o remate superior destas torres faz sempre referência a toda uma linguagem de retórica militar (...)” (Lopes, 2013, p. 160).

## 5. Contextualização histórica e geográfica do Entre Douro e Minho e das Terras de Basto

A província do Entre Douro e Minho era “delimitada a norte pelo rio Minho, a este pelas serras do Gerês, Cabreira, Barroso, Alvão e Marão, a sul pelo rio Douro e a oeste pelo Oceano Atlântico” (Melo & Ribeiro, 2012, p. 129). Na Idade Média, a região “foi o núcleo da Terra Portugalense, gravitando em torno da metrópole de Braga, da corte de Guimarães e do burgo marítimo do Porto” (Ribeiro, 1987, p. 5).

A paisagem deste território era variada e complexa, beneficiando na Idade Média de importantes recursos hídricos, geológicos, florestais e mineiros (Melo & Ribeiro, 2012, p. 136). A partir dos fins do século X surge “uma progressão global das zonas mais povoadas, que parece partir justamente das referidas colinas húmidas do Minho e do Douro litoral, em direção a leste, pelo vale do Douro, para montante do Tâmega” (Mattoso, 1993, p. 453).

“Até meados do século XIII verifica-se a existência de um número elevado de paços rurais situados, predominantemente, na zona de Entre Douro e Minho” (Macedo, 1990, p. 698). Como já vimos, foi a partir deste século que ocorreu uma expansão das residências fortificadas por todo o território nacional. Portanto, “o aparecimento da *domus fortis* no Entre Douro e Minho é um fenómeno que acompanha, cronologicamente, a tendência geral da Europa” (Barroca, 1987, p. 17). Segundo Carlos Azevedo, “a história da casa senhorial (portuguesa) começa com a torre, e é no Norte, na região de Entre Douro e Minho - berço da nacionalidade –

onde vamos encontrar os primeiros exemplos deste tipo de construção” (Mello, 2007, pp. 187-188).

No século XI, os atuais concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto (e Mondim de Basto que não incluímos neste estudo), encontravam-se confinados a uma só circunscrição denominada de *Terra de Basto*, abrangendo “a totalidade dos atuais concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto, e uma boa parte do de Amarante” (Basto, 2013). Caracteriza-se por ser uma “região de montanhas, entrecortada de fecundas campinas e vales, e produtora de vinho” (Vasconcelos, 1980, p. 191). Estas terras eram delimitadas a norte pela Terra do Barroso e a serra da Cabreira e a Oeste pela serra do Alvão. Dos três concelhos que compõem a região de Basto, Cabeceiras e Celorico (não excluindo Amarante) estão localizados na margem direita do rio Tâmega e pertencem à região do Entre Douro e Minho, enquanto Mondim de Basto, que está na margem esquerda do rio, pertence à província de Trás-os-Montes.

“A forte densidade populacional do Entre Douro-e-Minho, com o seu povoamento disperso, fazia repartir a riqueza (...)” (Coelho, 1996, p. 183).

O século XVIII reveste-se de profunda importância uma vez que corresponde “a um período de apogeu económico patente na construção e/ou reconstrução dos solares e na ostentação social do seu característico brasão, da capela, da torre e dos belos jardins” (Basto, 2013, p. 11).

Nesta área geográfica, “a tendência para a fixação dos nobres junto dos seus domínios” (Barroca, 1987, p. 16) encontra-se relacionada com as honras, ou seja, terras imunes controladas por novas linhagens em plena ascensão.

## 6. Casas com Torre

Para a realização deste projeto foi necessário

proceder-se à seleção de casas com torre existentes nos concelhos de Cabeceiras e Celorico de Basto e no de Amarante. Apesar de existirem mais casas com torre neste território, na seleção realizada teve-se em conta a sua importância histórica e arquitetónica e a proximidade às sedes dos concelhos, de forma a serem integradas no roteiro.

Em Cabeceiras de Basto selecionámos quatro casas, em Celorico de Basto sete e em Amarante três, conforme é demonstrado na figura 2.



Fonte: elaboração própria

Figura 2 | Casas com torre selecionadas em cada concelho

Quadro 1 | Casas com torre selecionadas existentes em Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante com as respetivas coordenadas geográficas

Concelho	Casas com torre	Latitude	Longitude
Cabeceiras de Basto	Casa da Ponte	41°30'51.7"N	7°53'34.4"W
Cabeceiras de Basto	Casa de Abadim ou do Tronco	41°32'22.06" N	7°59'37.03"W
Cabeceiras de Basto	Casa da Taipa	41°32'13.3"N	8°01'18.8"W
Cabeceiras de Basto	Casa de Alvite ou do Outeiro	41°29'53.6"N	8°00'04.2"W
Celorico de Basto	Casa da Gandarela	41°27'29.6"N	8°01'55.1"W
Celorico de Basto	Casa da Granja	41°26'40.3"N	8°01'35.8"W
Celorico de Basto	Casa do Barão de Fermil	41°25'24.1"N	7°59'05.5"W
Celorico de Basto	Casa da Boavista	41°25'16.3"N	7°58'37.2"W
Celorico de Basto	Casa do Outeiro	41°25'11.0"N	7°58'31.5"W
Celorico de Basto	Casa do Campo	41°24'47.0"N	7°59'22.4"W
Celorico de Basto	Casa da Quinta do Prado	41°23'34.2"N	7°59'57.0"W
Amarante	Casa de Tardinhade	41°18'09.8"N	8°03'47.4"W
Amarante	Casa da Faia	41.288026	-8.108715
Amarante	Casa do Carvalho	41.242934	-8.168794

Fonte: elaboração própria

## 7. Roteiro

### 7.1. Conceito de Roteiro/Itinerário Cultural

Os conceitos de itinerários ou roteiros culturais foram definidos recentemente pelo Conselho da Europa e pela UNESCO durante as décadas de

80 e 90 do século XX<sup>3</sup>. O termo itinerário tem origem no vocábulo «*itinerarium*», referindo-se a «de viagem».

Um roteiro ou itinerário cultural é atualmente definido como “um circuito marcado por sítios e etapas relacionados com um tema. Este tema deverá ser representativo de uma identidade regional própria” (Pereiro, 2009, p. 232).

<sup>3</sup>Um dos primeiros roteiros a ser criado na Europa foi o Caminho de Santiago, em 1987.

Os itinerários ou roteiros culturais têm por objetivo dar a conhecer ambientes naturais e históricos. Encontram-se associados a uma descrição dos principais locais de interesse turístico. Além disso, “os roteiros turísticos são considerados instrumentos que possibilitam ao visitante um conhecimento mais amplo, organizado ou temático dos pontos de interesse turístico do destino (...)” (Perussi, 2011, p. 189). Gómez e Quijano definem um itinerário como a “descrição de um caminho ou de uma rota particularizando os lugares de passagem e propondo uma série de atividades e serviços ao longo da sua duração”, conforme é citado por (Hilário & Carvalho, 2014, p. 40). Em suma, o roteiro, a rota, o itinerário, e o circuito, “podem ser considerados como elementos estruturantes dos percursos oferecidos num destino turístico, caracterizando o produto turístico e acionando a inerente divulgação, de uma cultura específica ao mercado, desde o local ao internacional” (Figueira, 2013, p. 25).

A ICOMOS considera que os “itinerários culturais representam processos evolutivos, interativos e dinâmicos das relações humanas interculturais” (ICOMOS, Carta Dos Itinerários Culturais, 2008). O PENT afirma que “as rotas e os circuitos constituem a base das experiências que podem ser vividas pelo viajante de *touring*” (PENT, 2006). De acordo com Xerardo Pereiro, um roteiro deve ser elaborado tendo em conta cinco etapas (2002, p. 4).

## 7.2. Planeamento do Roteiro

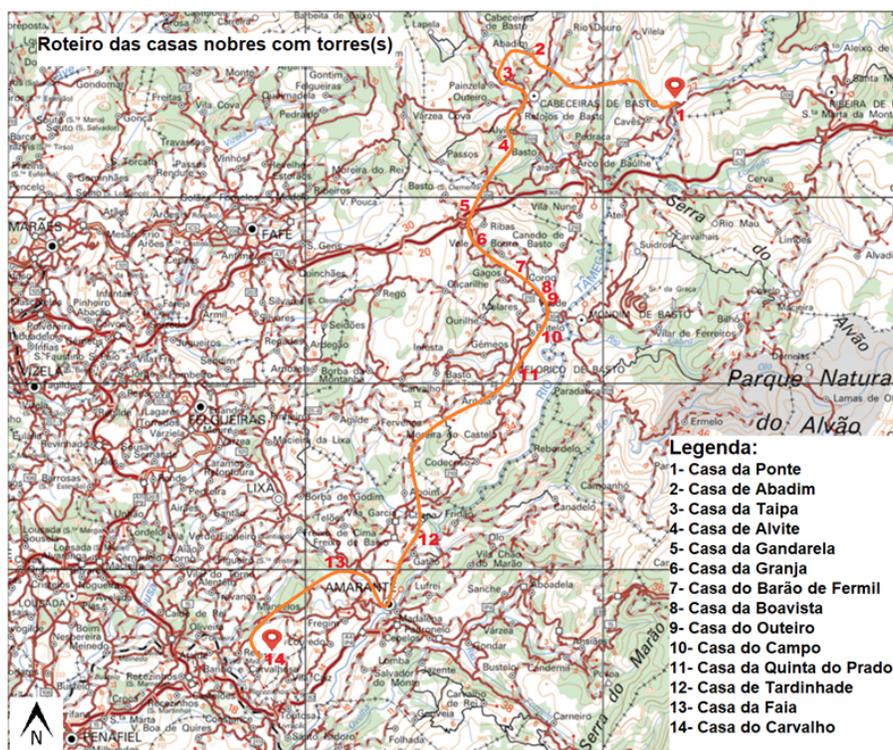
Com a proposta de criação de um itinerário das casas nobres com torre(s) pretende-se elaborar um roteiro de âmbito histórico-cultural centrado num tipo de património arquitetónico. Para a realização deste itinerário procedeu-se à fixação das formas de acesso a cada uma das casas com torre(s) e a todas entre si, bem como se efetuaram propostas de ligação destas casas a vários pontos turísticos que irão compor o roteiro.

O roteiro proposto integra a maioria das casas com torre(s) existentes em cada concelho, como é visível na figura 3. No total, o roteiro é composto por 14 casas com torre(s), que deverão ser identificadas em fichas de inventário.

Pretende-se que este tipo de património cultural se torne num produto turístico. Salienta-se que é necessário associar as casas com torre(s) a outros produtos turísticos oferecidos nos concelhos em questão. Este roteiro, ao ser implementado no terreno, pode ser intercalado com a Rota do Românico, pois “os itinerários e circuitos tanto terrestres, fluviais, marítimos, como aéreos, podem funcionar como percursos autónomos ou integrados em Rotas” (Figueira, 2013, p. 85).

O roteiro situa-se maioritariamente em ambientes rurais, às vezes associados a aglomerados populacionais, alguns deles dispersos, outros situados em meio urbano. O(s) percurso(s) apresentados incluem diverso património histórico, natural e artístico. Segundo Ana Elias Pinheiro, para um roteiro ter viabilidade tem que reunir “as componentes necessárias para a constituição de um verdadeiro itinerário” (2007, p. 222).

A organização do(s) percurso(s) teve em consideração os seguintes fatores: a rede viária, e o tempo necessário para as deslocações, acessos, conforto e segurança; a paisagem (para ser possível observar uma série de aspetos tais como aspetos naturais, núcleos de povoamento atrativos), pois “o turista cultural não se preocupa com a distância de um percurso, mas com a qualidade da paisagem que irá usufruir ao longo do percurso estipulado e sinalizado” (Verdial, 2006, p. 14).



Fonte: Instituto Geográfico do Exército, Escala 1/25 000 Continente, série M888; 71;

Figura 3 | Roteiro das casas com torre(s) em Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante

A forma do roteiro será aberta, ou seja, percursos cujos locais de partida e de chegada não ocorrem forçosamente no mesmo ponto ou na mesma localidade.

Como refere Prieto, “a duração dos itinerários pode variar entre meio-dia, um dia, um fim-de-semana, uma semana, quinze dias, (...) dependendo também da área geográfica que abrange o itinerário escolhido por cada turista” (Silva, 2011,

p. 18).

O percurso total do roteiro proposto tem a distância de 94,26km. Tendo em conta a sua extensão, é considerado um percurso pedestre de itinerário difícil, podendo ser integrado numa Grande Rota, que consiste num percurso com mais de 30 km. O roteiro deve subdividir-se por três etapas, ou seja, pelos três concelhos, conforme é figurado nas figuras 4, 5 e 6.





Fonte: elaboração própria, extraído do Google Earth

Figura 6 | Roteiro das casas com torre(s) em Amarante

## 8. Conclusão

Ao estabelecer-se este Roteiro pelas casas nobres com torre(s) pretende-se mostrar como constituem um importante legado patrimonial e o seu valor enquanto recurso turístico. “A presença de património arquitetónico e arqueológico singular, enquadrado em paisagens privilegiadas, representa obviamente um potencial turístico acrescido para esses territórios” (Fernandes, 2008, p. 334). Tendo em consideração que “muitos turistas procuram o reencontro com o passado” (Barreto, 2007, p. 85), este Roteiro pretende proporcionar ao turista um sentido de pertença a uma determinada casa. Segundo Freeman Tilden, conforme é citado em Xerardo Pereiro, a interpretação do património cultural possui os seguintes objetivos: “fazer a interpretação relevante para a experiência do visitante, provocar e instruir o visitante, tornar agradável a experiência do visitante e estimular a curiosidade do mesmo” (2002, p. 5).

Deste modo, as casas nobres com torre(s) constituem um recurso de riquíssimo potencial em termos turísticos porque constituem um património arquitetónico que resulta da prosápia, do quoti-

diano e do uso interpretativo do território por parte daqueles que as fundaram e dos que as foram alterando, possui uma “diacronia cronológica (desde os séculos X-XI até ao século XX), homogéneo e pouco adulterado” (Basto C. M., 2013, p. 16). Além do mais, estas casas desempenharam um importante papel enquanto unidades de povoamento, de exploração agrícola e de poder territorial.

Acima de tudo, este Roteiro pretende proporcionar aos visitantes uma interação com a cultura local desta região.

Cada vez mais, o turismo cultural conciliado com o património histórico surge como um forte dinamizador das regiões e como elemento de atração da sociedade, amplamente mobilizada pela nostalgia, procurando no património, um encontro com o passado.

“O património cultural constitui um dos recursos básicos para a configuração de um destino turístico que devemos valorizar e transformar num produto ao serviço de um desenvolvimento local duradouro” (Hernandez & Tresserras, 2005, p. 202). O património deixa de ser considerado um recurso para ser convertido num “produto capaz de gerar riqueza e emprego, ainda que seja necessá-

rio colocar atenção redobrada na sua conservação e manutenção, bem como garantir o usufruto do património à população residente” (Hernandez & Tresserras, 2005, p. 202). Desta forma, os bens culturais traduzem-se em bens profusamente produtivos.

A procura por destinos turísticos alternativos, nomeadamente no interior do país, marcados por uma certa ruralidade, tem vindo a registar um exponencial interesse, onde “a valorização de experiências relacionadas com tradições locais, paisagens e monumentos em ambiente rural” (Fernandes, 2008, p. 333) se apresenta cada vez mais notória em diversos segmentos da procura turística. “As identidades locais, à semelhança de qualquer outro objeto, tornam-se um alvo do consumo transaccional que assume diferentes configurações. À medida que se problematiza a vida das populações colocadas na posição de «oferta turística», a identidade torna-se um recurso submisso ao consumo do outro” (Santos, 2010, p. 56).

## Referências

- Almeida, C., & Barroca, M. (2002). *História da Arte em Portugal: O Gótico*, IV. Lisboa: Presença.
- Alvares, D., & Lourenço, J. (2008). Contribuciones Del Turismo Cultural Para Áreas Patrimoniales: el caso de Ouro Preto - Brasil y Porto - Portugal. *IX Congreso Internacional (CICOP) de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación* (pp. 1-6). Sevilla: CICOP.
- Azevedo, C. D. (1988). *Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Barreto, M. (2007). *Turismo y Cultura: Relaciones, Contradicciones y Expectativas*. Tenerife: Asociación Canaria de Antropología.
- Barroca, M. J. (1987). Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. *VI Colóquio Português de Arqueologia* (pp. 9-60). Porto: Centro de Estudos Humanísticos.
- Basto, C. M. (2013). *Carta do Património Arquitectónico do Concelho de Celorico de Basto* (Vol. III). Celorico de Basto: Departamento de Planeamento e Serviços Sócio-Culturais.
- Basto, C. M. (2013). *Plano Diretor Municipal: Processo de Revisão - Carta do Património Arquitectónico*, vol. III. Celorico de Basto: Departamento de Planeamento e Serviços Sócio-Culturais.
- Bessa, P. (2011). *Arquitectura Românica e Gótica no Minho*. Braga: Universidade do Minho - Centro de Estudos Lusíadas.
- Binney, M., & Carvalho, M. R. (1987). *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: Difel.
- Carta de Veneza (1964) Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios.
- Coelho, M. H. (1996). Os Homens ao longo do tempo e do espaço. Em J. Serrão, & A. H. Marques, *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras - do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III, pp. 166-184. Lisboa: Presença.
- Conde, M. S., & Vieira, M. A. (2014). A habitação e a arquitectura corrente do Norte Transmontano em finais da Idade Média. *Paisagens e poderes no medievo ibérico: actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em Estudos Medievais: arqueologia, história e património* (pp. 1-43). Braga: Universidade do Minho. Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Fernandes, L. d. (2008). Turismo e Desenvolvimento Local: o contributo do rural-cultural. *Máthesis* (pp. 333-337). Viseu: Universidade Católica Portuguesa.
- Figueira, L. M. (2013). *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- Gil, A. P. J. (2006). *Gestión del Patrimonio Arqueológico* (1ª ed.). Barcelona: Ariel.
- Hernandez, J. B., & Tresserras, J. J. (2005). *Gestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona: Ariel Patrimonio.
- Hilário, M. M., & Carvalho, P. (2014). Projeto de Criação da "Rota do Granito" no Âmbito da Liga dos Amigos de Alpedrinha. *Gestão e Desenvolvimento*, pp. 31-54.
- Jacinto, R. (2012). Património e Valorização do Território: recursos, estratégias, geografias. In R. Jacinto, *Patrimónios, Territórios e Turismo Cultural: recursos, estratégias e práticas* (Vol. 19, pp. 7-24). Âncora.
- Lopes, A. (2013). Património Cabeceirense: habitação senhorial. In I. M. Fernandes, *Cabeceiras de Basto: História e Património* (pp. 153-163). Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- Macedo, F. P. (1990). Manifestações Artísticas. In J. Serrão, *Nova História de Portugal: do Condado Portucalense à crise do século XIV*, vol. III. Lisboa: Presença.

- Mattoso, J. (1982). *Ricos-homens, infanções e cavaleiros : a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editora.
- Mattoso, J. (1983). Rumos Novos. In J. H. Saraiva, *História de Portugal (1245-1640)*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa.
- Mattoso, J. (1993). *História de Portugal: Antes de Portugal*, vol. I. Lisboa: Estampa.
- Mello, J. (2007). *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*.
- Melo, A. S., & Ribeiro, M. d. (2012). Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho. Em M. d. Arnaldo Sousa Melo, *História da Construção: os materiais* (pp. 127-166). Braga: CITCEM.
- Mota, M., Remoaldo, P. C., & Ribeiro, J. C. (2012). Criatividade : a construção de novos cenários para o turismo em Ponte de Lima. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, pp. 59-70.
- PENT, Touring Cultural e Paisagístico (2006). Lisboa: Turismo de Portugal.
- Pereiro, X. (2002). Itinerários Turístico-culturais: análise de uma experiência na cidade de Chaves. *Actas do III Congresso de Trás-os-Montes* (pp. 1-10). Bragança: UTAD.
- Pereiro, X. (2009). *Turismo Cultural: Uma Visão Antropológica*. Tenerife: Asociación Canaria de Antropología.
- Perussi, R. F. (2011). Planejamento de roteiros de ecoturismo. In R. Teles, *Turismo e Meio Ambiente* (pp. 185-204). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pinheiro, A. E. (2007). Itinerários Culturais: viajando pela Europa. *Revista Máthesis*, pp. 217-228.
- Ribeiro, O. (1987). Entre-Douro-e-Minho. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, vol. III, pp. 5-11.
- Santos, M. D. (2010). *Turismo Cultural, Território e Identidades*. Porto: Afrontamento.
- Silva, J. A. (2004). *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*, Vol. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo
- Silva, S. R. (2011). *Conceção de Itinerário Religioso para a Cidade de Valongo*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Verdial, P. (2006). *A sinalética como ferramenta de leitura / apreensão do território aplicada no concelho de Felgueiras*. Felgueiras.